

# Relações Brasil/Iraque: desenvolvimento nacional e projeto de potência (1973-1985)

*Brazilian-Iraqi relations: national development  
and the power project (1973-1985)*

Alexandre Annes Saleh  
Alexandre Piffero Spohr  
Fernando Preusser de Mattos  
Luiza Salazar Andriotti

## Resumo

A proposta do presente artigo consiste em analisar o papel das relações do Brasil com o Iraque entre 1973 e 1985 como expressão de uma parceria que visava à consecução do projeto de desenvolvimento nacional e de elevação do poder e do prestígio internacionais do Brasil, perseguido ao longo dos governos Médici, Geisel e Figueiredo. O complexo intercâmbio mantido nesse período com o Iraque serviu de instrumento diplomático do regime militar brasileiro para a tentativa de viabilização do projeto nacional-desenvolvimentista, tanto em reação imediata aos choques econômicos externos de 1973 e de 1979, como, em um sentido mais amplo, no intuito de levar a termo a industrialização nacional e de elevar o *status* do Brasil.

**Palavras-chave:** Brasil; Iraque; Cooperação; Petróleo; Energia nuclear; Indústria bélica.

## Abstract

The present article aims to analyze the Brazil-Iraq relations between 1973 and 1985 as part of a partnership that intended to promote the national development project and the rise of Brazilian international power and status, sought during Médici, Geisel and Figueiredo's administrations. The complex relations established with Iraq during this period worked as a diplomatic instrument to the military government attempt to make the national-development project possible, either as an immediate reaction to the economic clashes in 1973 and 1979 and, in a broader meaning, as the effort to develop the national industry and the rise of Brazilian international status

**Key words:** Iraq; Cooperation; Oil; Nuclear energy; Military industry.



Inserida no contexto de diversificação das relações exteriores do Brasil, a cooperação com o Iraque entre 1973 e 1985 consistiu em um dos instrumentos utilizados pelos governos dos generais Médici, Geisel e Figueiredo na tentativa de viabilização do projeto de elevação do Brasil ao *status* de potência no sistema internacional. Sem se restringir meramente à intensa corrente de comércio – baseada sobretudo no fornecimento de petróleo iraquiano em contrapartida às vendas de manufaturas e de serviços brasileiros –, as relações Brasil/Iraque expandiram-se inclusive para os campos da cooperação militar e da tecnologia nuclear.

O objetivo do presente artigo consiste, portanto, em analisar o caso do estreitamento de laços entre Brasil e Iraque entre 1973 e 1985 a fim de se avaliar o papel desempenhado por essas relações para a tentativa de consolidação do projeto de potência esposado pelo regime militar brasileiro. Para tanto, centramos a pesquisa em três aspectos considerados primordiais pelos dirigentes brasileiros a fim de garantir o aumento das capacidades do Brasil: a) o fornecimento de petróleo e a continuidade do processo de industrialização no Brasil; b) as vendas de armamentos e o desenvolvimento da indústria bélica nacional; e c) o desenvolvimento do programa nuclear brasileiro. A análise desses itens, no que concerne às relações com a nação árabe, permite compreender de que forma o projeto de potência brasileiro foi executado na prática pelos governos em questão e quais foram seus reflexos sobre a relação entre os dois países.

Primeiramente são discutidos os fatores sistêmicos, como a crise do petróleo de 1973 e as crescentes rivalidades com os Estados Unidos, que condicionaram a atuação externa do Brasil nesse período, bem como os condicionantes internos próprios ao desenvolvimento do sistema político brasileiro. São abordados o II Plano Nacional de Desenvolvimento e a política externa do pragmatismo responsável, sensíveis alterações introduzidas pelo presidente Geisel. Propõe-se, igualmente, uma reflexão acerca do pensamento que balizava o projeto de potência dos militares.

Nas duas seções seguintes, analisamos o caso específico das relações Brasil/Iraque, considerando primeiramente a aproximação comercial e a intensificação da cooperação entre Brasil e Iraque, e o aprofundamento da relação para os campos da cooperação militar e nuclear e as consequências políticas daí decorrentes. Em seguida, são analisadas brevemente as consequências políticas da aproximação entre os dois países. O estudo teve como foco a explicação de

como a cooperação com a nação árabe atendeu aos requisitos das três variáveis supracitadas, adquirindo, dessa forma, caráter estratégico. Por fim, são apresentadas as conclusões pertinentes, relacionando as duas seções do presente artigo.

## Contextualização do projeto de potência

Dando continuidade às alterações em política externa introduzidas pelo governo Médici (1969-74) e por sua diplomacia do interesse nacional, Geisel e a diplomacia do “pragmatismo ecumênico e responsável”<sup>1</sup> buscaram não apenas superar os obstáculos econômicos conjunturais impostos pela crise do petróleo de 1973, como também transformar as bases do desenvolvimento nacional e o perfil da inserção internacional do Brasil (MAIOR, 2006). A busca pela intensificação das relações bilaterais com outros países, sobretudo da América Latina e do Oriente Médio, mostrou-se, então, uma via alternativa e deslocada do eixo Norte/Sul para o desenvolvimento do projeto de Brasil potência.

Durante o período estudado, o perfil da política externa brasileira sob os governos Geisel e Figueiredo e, particularmente, das relações entre o Brasil e o Iraque decorria, em grande medida, da nova configuração da dinâmica da Guerra Fria, bem como das relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA). Ao longo da administração Ford (1974-77), os EUA – apesar de eventuais colisões<sup>2</sup> – passavam progressivamente a reconhecer o *status* do Brasil como potência emergente, empreendendo esforços para manter um alto nível de relacionamento com Brasília, “no momento em que, com a presença de Cuba e da União Soviética em Angola, o Atlântico Sul ameaçava transformar-se em outro cenário do conflito Leste/Oeste” (BANDEIRA, 2011, p. 196).

1. Linha de atuação diplomática característica do governo Geisel que dava prioridade a interesses nacionais definidos de forma autônoma pelo país tanto na área comercial como nas questões de segurança. Rejeitava um alinhamento automático aos EUA, apesar de o Brasil continuar se identificando com seus valores, dando maior atenção às relações com países em desenvolvimento e com outros países capazes de fornecer tecnologia avançada a fim de diminuir a dependência em relação aos EUA (MAIOR, 2006).

2. Com a adoção do pragmatismo responsável como linha de política externa do Brasil, muitas de suas ações no âmbito externo passaram a contrariar os interesses dos Estados Unidos. Essa oposição de interesses levou a colisões nos âmbitos bilateral e multilateral, como nas negociações do Tratado de Não Proliferação e durante os processos de independência das antigas colônias portuguesas na África. Esses atritos levaram os Estados Unidos a pressionar o governo brasileiro em aspectos internos, como na questão das violações aos direitos humanos (CERVO; BUENO, 2010).

Por outro lado, o possível desenvolvimento da tecnologia relacionada à energia nuclear é identificado como eventual ponto de conflito com os EUA, já que a consolidação de uma potência bélica na América Latina comprometeria a correlação de forças que então prevalecia na região, favorável àquela nação. Havia o risco de que, para executar o projeto nuclear, o Brasil buscasse outros parceiros internacionais que não os EUA, significando uma inserção externa na sua tradicional zona de influência (GARCIA, 1997, p. 23). As rivalidades com Washington seriam intensificadas a partir do governo Carter, em virtude das pressões da administração democrata quanto às violações dos direitos humanos pelo regime militar brasileiro. Interpretando tais pressões como formas encontradas pelos EUA para condenar e punir o programa nuclear brasileiro e o tratado de 1975 com a República Federal da Alemanha (RFA),<sup>3</sup> o presidente Geisel decidiu romper, em 1977, o Acordo Militar de 1952,<sup>4</sup> pondo fim, posteriormente, à Comissão Militar Mista, à Missão Naval e ao Acordo Cartográfico<sup>5</sup> também em vigor com os EUA.

No plano econômico, o choque externo de 1973 comprometia o padrão de crescimento industrial mantido pelo Brasil no período anterior, dados os vultosos investimentos realizados durante a administração Médici. Como medida reativa à conjuntura de crise energética, foi lançado, em 1974, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Seus idealizadores entendiam ser necessário buscar fornecedores alternativos de petróleo, bem como empreender esforços no sentido de diversificar a matriz energética do país e desenvolver, internamente, fontes básicas de energia, ainda que essa estratégia fosse concebida como um programa de médio e longo

---

3. Com as fortes restrições ideológicas por parte dos EUA em relação à transferência de armamentos e tecnologia para o Brasil, somadas à necessidade brasileira de diversificar as fontes de energia após a crise do petróleo em 1973, o Brasil assina, em junho de 1975, um acordo com a RFA (Acordo sobre a Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos de Energia Nuclear), que lhe daria acesso a todo o ciclo de energia nuclear (SOUZA, 2008; MAIOR, 2006). Esse acordo, apesar de aumentar a autonomia brasileira em questões de segurança e energia, foi um dos principais pontos de desentendimento com os EUA durante o governo Geisel.

4. Acordo de assistência militar recíproca assinado por pressão dos EUA ao Brasil durante o período em que os estadunidenses sofriam as pressões da Guerra da Coreia. No caso de invasão externa, os estadunidenses teriam controle de fornecimento de armas, financiamento e treinamento militar em países da América Latina. Apesar de, à época, ter sido considerado um agravante da dependência brasileira em relação aos Estados Unidos, em 1977 o acordo já se encontrava obsoleto quando de seu rompimento (CERVO; BUENO, 2010; SILVA, 2005).

5. Fruto do Acordo Militar de 1952.

prazos (CASTRO, 1985). Tal diretriz evidenciava que a busca pelo combustível fóssil não constituía um fim em si mesmo, mas um meio para o objetivo primordial: fazer progredir o projeto de industrialização nacional e levar a termo o processo de desenvolvimento econômico, respondendo ao estrangulamento externo por meio da reestruturação do aparelho produtivo, a despeito da elevação dos preços de energia e do endividamento externo.

Assim, o Estado surgiu como ator de destaque, sendo a atuação das grandes empresas estatais o sustentáculo de um programa que, embora a um custo certamente superior ao necessário, permitiu que “a transformação da estrutura produtiva almejada pelo II PND tenha, em grande medida, se realizado” (CASTRO, 1985, p. 47).

A retórica do pragmatismo responsável, idealizado conjuntamente pelo presidente Geisel e pelo chanceler Azeredo da Silveira, aproximava-se daquela praticada na década anterior, nas gestões de Jânio Quadros e de João Goulart. Consistia em um caminho autônomo de atuação internacional, procurando evitar discussões semânticas que pudessem vincular diretamente o Brasil a alguma ideologia. Pregava, igualmente, uma diversificação das parcerias internacionais do país, a fim de estrategicamente atender aos anseios dos setores empresariais, bem como expandir as atividades internacionais das empresas estatais.

O restabelecimento de relações oficiais com a República Popular da China, por exemplo, pode ser enquadrado nesse contexto (PINHEIRO, 1993). Em pronunciamento oficial em 1974, o chanceler Azeredo ressalta que há uma missão a ser cumprida pelo país. Infere-se, portanto, que o Brasil buscava maior representatividade na distribuição de poder do sistema internacional, enfatizando a participação do chamado “interesse nacional” no curso da política externa. Percebe-se, no seguinte trecho, a intenção de intensificar os esforços para aprimorar a projeção internacional do país:

Se o Brasil cresceu, também cresceu sua influência no contexto internacional. Não se pode comparar o Brasil de 1964 com o Brasil deste ano. Tudo que aí se vê indica qual a missão que o nosso País tem no mundo e qual vai ser o seu papel: papel de um País gigantesco territorialmente e que se transformou numa potência emergente, uma potência ecumênica [...] Dentro desse pragmatismo, reconhecemos, realisticamente, que temos relações mais estreitas, ou melhores, com determinados países. Mas isso não impede que o Brasil busque uma relação de respeito recíproco com todos os países do mundo [...] O Brasil não terá alinhamentos que não re-

presentem a defesa de seus interesses [...] O interesse brasileiro é irrenunciável, e as perspectivas desse interesse, as aberturas, não são renunciáveis para o Brasil. (BRASIL, 1974, p. 23)

Dessa forma, subjacente à atuação externa do Brasil ao longo do período aqui analisado, situava-se a determinação dos militares, dotados de uma perspectiva essencialmente realista com relação ao ambiente internacional, no sentido de instrumentalizar o país dos meios para a consecução desse projeto de potência, como solução para o robustecimento do poder nacional, bem como para o aumento do prestígio internacional (GARCIA, 1997). A fim de “garantir uma inserção vantajosa do Brasil na balança mundial do poder”, e conscientes de que “a autonomia por eles desejada só poderia ser assegurada com um maior grau de independência na fabricação de armas e na posse de alta tecnologia”, os militares envidaram esforços, nesse período, para implementar objetivos estratégicos tais como o desenvolvimento da indústria bélica nacional, o domínio da tecnologia nuclear e, posteriormente, da informática, constituindo-se, assim, o “tripé’ industrial-tecnológico do poder brasileiro” (BRIGAGÃO; PROENÇA JÚNIOR, 1988, p. 87).

Na concepção dos dirigentes brasileiros, o êxito em fazer valer seus interesses em face das outras nações passava, decisivamente, pela conformação de um confiável aparato militar. Nesse sentido, o projeto de “construção de potência”, que contava com decisiva atuação do Estado, representou uma tentativa das elites político-militares da época de criar um “Brasil à sua própria imagem”, lançando mão de políticas nacional-desenvolvimentistas que visavam ao aumento das atribuições no sistema internacional (MANWARIG, 1980, p. 108).

A seguir, são analisados o panorama histórico e o conteúdo das relações entre Brasil e Iraque no período considerado, destacando-se a relevância de três aspectos que permitem compreender como o projeto de potência brasileiro foi executado na prática e quais foram seus reflexos nessa relação: a) o fornecimento de petróleo pelo Iraque e a continuidade do processo de industrialização no Brasil; b) as vendas de armamentos e o desenvolvimento da indústria bélica nacional; e c) a cooperação do Iraque com o programa nuclear brasileiro. Esses três itens demonstram o papel estratégico que a nação árabe desempenhou para a política externa do período estudado.

## **Aproximação comercial e a intensificação da cooperação entre Brasil e Iraque**

O fortalecimento das relações entre Brasil e Iraque aconteceu em um período-chave para entender a inserção internacional iraquiana. Após a derrubada da monarquia em 1958, as relações do Iraque com os Estados Unidos, e conseqüentemente com o bloco capitalista, se deterioraram, sofrendo uma piora ainda maior com a ascensão do partido Baath e com a nacionalização do petróleo iraquiano em 1972 (IHS JANE'S, 2009). Esse último evento foi de extrema importância para o início da cooperação bilateral: o Brasil, ainda sob a gestão Médici, foi o primeiro país no mundo a apoiar a decisão iraquiana e a comprar esse recurso depois da nacionalização (FARES, 2007). Essa decisão não foi por acaso: além de o Brasil já ter adotado a mesma política quase vinte anos antes, a necessidade brasileira de petróleo para permitir seu projeto de desenvolvimento tornava vital a cooperação com os países do Oriente Médio.

A expansão das fronteiras da política externa brasileira no Oriente Médio durante o governo militar não se restringiu ao Iraque. As relações com a Arábia Saudita também viram um grande aumento, principalmente na parte de comercialização de petróleo. Contudo, os atrativos das relações com o Iraque eram sensivelmente maiores. Os iraquianos estavam em um momento de modernização de sua infraestrutura e de desenvolvimento de sua indústria, e o dinheiro oriundo do petróleo era a fonte utilizada para financiar esses projetos.

Assim, surgia uma oportunidade de mercado para o Brasil, o que não ocorria na relação com outros países da região, cujos projetos financiados pelo petróleo eram conduzidos pelas grandes potências. Essa situação possibilitou a exportação de produtos e serviços brasileiros, além da criação de programas de apoio para a criação de capacidades no Iraque, como o auxílio à vinda de iraquianos para instituições de ensino brasileiras, conforme o acordo firmado em 1977. A renda oriunda da venda de produtos brasileiros era utilizada para financiar a compra do petróleo iraquiano. Buscando romper com os laços de dependência com as potências ocidentais, o governo iraquiano procurava novas alternativas para auxiliá-lo em seu projeto, e o Brasil cumpria esse

pré-requisito. Essa situação conferiu à empresa Mendes Júnior<sup>6</sup> e conseqüentemente ao Brasil, um importante papel no projeto de desenvolvimento do Iraque.

As vantagens do petróleo iraquiano e da cooperação do Brasil com o Iraque nesse setor eram grandes. A primeira delas é a própria qualidade desse recurso proveniente do Iraque, por sua adequação aos requisitos brasileiros para sua utilização. A segunda eram os preços praticados pelo Iraque com relação ao Brasil, mais reduzidos do que os para outros países, principalmente devido ao apoio brasileiro à nacionalização do petróleo iraquiano e, posteriormente, à desenvolvida etapa de cooperação entre os dois países. Uma terceira vantagem era a manutenção de condições especiais de venda em momentos de crise dos preços. Essa situação foi de extrema importância para o Brasil durante a segunda crise do petróleo (1979): após ter sofrido com a primeira crise, o Brasil pôde manter seu ritmo de utilização desse recurso, apesar da alta geral dos preços do petróleo, uma vez que o Iraque manteve para o Brasil os preços praticados abaixo do nível internacional (FARES, 2007). A política comercial dos dois países nessa relação era, desde o acordo de 1977, a de concessão de *status* de nação mais favorecida, facilitando a comercialização de bens entre ambos. A quarta vantagem está ligada à forma como o petróleo poderia ser pago, isto é, ao fato de o Brasil poder utilizar as receitas dos serviços e produtos comprados pelo Iraque para pagar pelo petróleo, dispensando a utilização de divisas, que eram escassas no Brasil naquele momento.

A cooperação brasileiro-iraquiana com relação ao petróleo não se restringiu à simples compra pelo primeiro dos recursos energéticos do segundo: a Petrobras iniciou diversos projetos de apoio à estatal iraquiana voltada ao setor petrolífero, a Somo (State Oil Marketing Organization, ou Organização Estatal de Comercialização de Petróleo). Nesse intuito, foi utilizada a Braspetro, criada alguns meses antes, em 1972. Essa organização, também estatal, era utilizada na exploração de petróleo em outros países e teve sua maior operação relacionada ao Iraque. Em 1975, a Braspetro descobriu a enorme reserva de Majnoon, no sul do país, alvo de posterior dis-

---

6. A empresa Mendes Júnior foi criada em 1953 pelo engenheiro José Mendes Júnior em Belo Horizonte (MG). A empresa teve conexões bastante fortes com o desenvolvimento do Brasil, sendo responsável pela construção de importantes projetos de infraestrutura no país e no mundo, por exemplo, a Ponte Rio-Niterói, a Rodovia Transamazônica, a hidrelétrica de Itaipu (no Brasil), e uma rodovia na Mauritània, todos projetos anteriores aos projetos da empresa no Iraque (MENDES JÚNIOR, 2013).

puta entre Irã e Iraque, além de explorada após a invasão estadunidense (HARISSI, 2012). O direito de auxiliar na exploração dessa reserva, que fora concedido à Braspetro, acabou por ser revogado devido às tensões com o Irã, e o Brasil recebeu uma indenização de 300 milhões de dólares, junto ao direito de compra de 150 mil barris de petróleo por dia por 15 anos (ATTUCH, 2003).

As relações comerciais entre Brasil e Iraque, embora dominadas pela importação brasileira de petróleo, conseguiram superar a concentração nesse setor. Dois exemplos de diversificação são de extrema importância para se compreender a profundidade das relações entre os dois países: o da Mendes Júnior e o da Volkswagen. O primeiro se refere à atuação da construtora Mendes Júnior no Iraque. Essa empresa desenvolveu o maior projeto internacional de engenharia realizado por apenas uma empresa, que custou ao governo iraquiano 1,2 bilhão de dólares (MENDES, 2003). Esse projeto consistiu na construção da ferrovia Bagdá-Akashat, vital para a conexão da região noroeste com a capital e com o resto do país. A escolha da empresa brasileira ocorreu em um ambiente de concorrência livre, embora elementos da ordem política tenham tido bastante importância na decisão, tomada em 1978 (FARES, 2007).

A conclusão do projeto dentro do prazo estabelecido e nos moldes esperados levou à contratação da empresa para mais dois projetos: a rodovia Expressway<sup>7</sup> e do Sifão,<sup>8</sup> interrompido devido à falta de recursos para sua conclusão durante a Guerra Irã-Iraque (1980-88) (MENDES, 2003). Contudo, a interrupção dos projetos da Mendes Júnior, apesar da falta de pagamento, foi atrasada devido a negociações dos governos brasileiro e iraquiano. O governo de Saddam Hussein tinha muito interesse em manter as atividades da Mendes Júnior, consideradas cruciais para os projetos de desenvolvimento do Iraque.<sup>9</sup> Dessa forma, houve uma forte resistência iraquiana à interrupção das obras, usando como elemento de ne-

7. Tratava-se da construção de uma extensa rodovia que cruzava o Iraque da fronteira com o Irã à fronteira com a Jordânia.

8. O projeto previa o bombeamento das águas dos rios Tigres e Eufrates de forma a reduzir a salinidade dos recursos hídricos, quando próximos da foz, o que impedia a agricultura nessas regiões.

9. O projeto do Sifão fazia parte do plano iraquiano para o pós-guerra Irã/Iraque. Saddam planejava conceder aos soldados combatentes na guerra territórios perto da foz dos rios Tigres e Eufrates para empregá-los e aumentar a produção agrícola. Contudo, para que esses terrenos fossem agricultáveis, era necessário que o projeto Sifão fosse concluído a fim de tornar as terras férteis (TRAUMANN, 2011).

gociação a venda de petróleo, o que comprometia a liberdade de atuação do Brasil.

O segundo exemplo, da venda de automóveis da Volkswagen, revela o grau de confiança dos iraquianos para com as iniciativas brasileiras. Esse caso ocorreu quando a demanda doméstica por automóveis no Brasil sofreu uma redução na década de 1980, criando a necessidade de novas estratégias para a manutenção das empresas desse ramo. A estratégia adotada pela Volkswagen brasileira se aproveitou das boas relações entre Brasil e Iraque para vender 175 mil Passats aos iraquianos (SAUER, 2003). Essa venda só se tornou possível a partir da negociação do presidente da empresa com as autoridades iraquianas em 1983, recebendo o pagamento em forma de petróleo, a ser comprado pela Petrobras. A operação exigiu a utilização do porto de Ácaba, na Jordânia, conforme acordado e firmado no Protocolo de 1983, tornando necessária a atenção a diversos detalhes para a realização da operação, como o transporte do petróleo do norte iraquiano até o porto, que envolveu riscos de destruição do meio ambiente em caso de derramamento de óleo.

A partir desses dois casos, pode-se perceber a diversificação das relações comerciais entre Brasil e Iraque, elemento valorizado pelo governo brasileiro. Já em seu primeiro acordo de cooperação comercial (1971) se estabeleciam compras mínimas de produtos de cada país. A singularidade do avanço da Mendes Júnior na construção civil iraquiana é destacável, considerando-se o volume investido pelo Iraque e a quantidade de indivíduos envolvidos. Contudo, tudo isso só se tornou possível devido à compra de petróleo pelo Brasil, que foi o elemento inicial de toda a interação com o Iraque e continuou sendo o fator principal das relações comerciais (FARES, 2007). Prova disso é a manutenção das obras da Mendes Júnior mesmo depois de o Iraque ter parado de pagar pelos serviços durante a guerra Irã/Iraque.

### **Aprofundamento da relação: a cooperação militar e nuclear**

As relações do Brasil com o Iraque superariam o caráter comercial e se tornariam, também, estratégicas. De acordo com a afirmação do vice-presidente brasileiro Antônio Aureliano Chaves de Mendonça por ocasião da visita do vice-presidente do Iraque em maio de 1979, não era apenas “no campo das atividades comerciais”

que se vislumbrava “um potencial risco de futura cooperação entre o Brasil e o Iraque” (BRASIL, 1979). O aprofundamento do caráter estratégico se daria pela cooperação militar entre os dois países, principalmente durante a década de 1980. O Iraque se apresentava como um parceiro adequado para o desenvolvimento da indústria bélica brasileira devido à sua complementaridade em relação ao mercado brasileiro (FARES, 2007). Apesar de o Brasil possuir os meios para a produção de material bélico, a demanda interna desses materiais não era suficiente para garantir um nível de produção vantajoso. Já o Iraque, em pleno processo de desenvolvimento, tinha uma alta demanda por esses materiais e procurava diversificar seus fornecedores de armamentos.

Após os choques do petróleo e o consequente aumento da renda dos países produtores, vender armas ao Iraque seria uma das formas mais simples de reciclar o dinheiro que havia sido transferido para o Oriente durante o *boom* do petróleo. No caso do Brasil, esse fator se uniria ao propósito de desenvolver a indústria bélica nacional e às possíveis contrapartidas oferecidas por Saddam Hussein, que transferiu ao Brasil parte da tecnologia dos mísseis Scud B da antiga URSS (ATTUCH, 2003). A cooperação militar entre os países alcançou seu auge durante a guerra Irã/Iraque (1980-1988), devido a questões de demanda de equipamentos bélicos para o conflito.

Em 1981, a empresa brasileira Avibrás passou a produzir, sob encomenda iraquiana e com os recursos injetados pelo país, o Sistema de Artilharia de Foguetes para Saturação de Áreas Astros II. O sistema possuía um alcance de até 90 km e era composto por caminhões blindados de grande mobilidade (BASTOS, 2009), o que trazia vantagens numa guerra no deserto. Por esse motivo, era um dos equipamentos favoritos dos militares iraquianos. Além da Avibrás, a Engesa também exportou ao Iraque equipamentos militares desde o início da década de 1980. Os dois principais produtos exportados por essa empresa eram o carro de combate EE-9 Cascavel e o carro de transporte de tropas EE-11 Urutu, vendidos principalmente durante a guerra Irã/Iraque. Analisando-se as exportações de equipamentos militares brasileiros, fica claro que o Iraque foi o maior cliente que a indústria bélica brasileira já teve (MORAES, 2012).

Contudo, a cooperação técnico-militar entre Brasil e Iraque não se limitou ao desenvolvimento desses produtos. Uma das mais controversas relações se dava no campo da cooperação nuclear. Após os choques do petróleo na década de 1970, o Brasil – assim

como o resto do mundo – passava a buscar novas alternativas energéticas para diminuir sua dependência do petróleo. Só que, para o Brasil, a capacidade nuclear ultrapassava os objetivos das esferas econômica e tecnológica, abrangendo, também, o propósito político-estratégico de aumento do poder regional e de não-alinhamento com a hegemonia garantida pelo Tratado de Não-Proliferação Nuclear (BRIGAGÃO; PROENÇA JÚNIOR, 1988).

Para a instalação do reator nuclear iraquiano Ozirak, bombardeado por Israel em 1981, o governo iraquiano teria obtido ajuda brasileira que, durante o período de um ano e meio de montagem, enviou quatro missões secretas de funcionários da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) para colaborar com o projeto (BRAGA, 1990). Além desse episódio, o governo brasileiro teria se envolvido em outras negociações secretas relativas à área nuclear.

A partir de 1979, prolongadas negociações começaram a ocorrer entre os dois países a fim de formar um acordo de cooperação nuclear (OLIVEIRA, 1999). As negociações incluíram viagens reservadas do presidente da Nuclebrás, Paulo Nogueira Batista, e do presidente da CNEN, Rex Nazaré Alves, a Bagdá (BRAGA, 1990). O acordo de cooperação foi firmado no dia 5 de janeiro de 1980 entre o governo brasileiro e o governo iraquiano do presidente Saddam Hussein, que havia assumido o cargo recentemente. O acordo garantia que a cooperação visava ao uso pacífico da energia nuclear, desenvolvendo-se principalmente nas áreas de: prospecção, exploração e beneficiamento de urânio; fornecimento de urânio para o abastecimento de reatores nucleares; e fornecimento de serviços de engenharia para a construção de reatores. Contudo, a parceria também se desenvolveu fora dos termos previstos pelo acordo de cooperação (OLIVEIRA, 1999). De acordo com a entrevista concedida pelo ex-ministro Delfim Netto ao jornalista Leonardo Attuch, Brasil e Iraque “pretendiam dominar o ciclo nuclear inteiro” (ATTUCH, 2003, p. 113).

Em 14 de janeiro de 1981, aviões Iliushin russos teriam urânio brasileiro proveniente de Poços de Caldas (MG) decolando das pistas do Centro de Técnico Aeroespacial (CTA) em direção a Bagdá. Já em junho de 1982, repórteres d’*O Estado de S. Paulo* denunciaram que, além do equipamento bélico acordado, aeronaves iraquianas recebiam outro carregamento: urânio metálico purificado proveniente do Instituto de Pesquisas Energéticas (IPEN) (OLIVEIRA, 1999). A conexão IPEN-CTA-Bagdá teria sido descoberta. No

entanto, as informações eram insuficientes para tornar público o episódio e a possível existência de um programa paralelo nuclear.

De acordo com os depoimentos dados à Comissão Parlamentar de Inquérito formada em 1990, a única cooperação na área nuclear foi uma remessa de 24 toneladas de trióxido de urânio entre 1981 e 1982 para uma usina de beneficiamento de urânio construída pela Bélgica no Iraque. No entanto, a CNEN teria feito outras três remessas secretas de urânio ao Iraque, que não chegaram a ser totalmente cumpridas (OLIVEIRA, 1999).

Um dos momentos de maior sigilo e ousadia da cooperação nuclear seria a criação do projeto secreto Upam (Unidade de Processamento e Aproveitamento Mineral), patrocinado pela CNEN. O projeto faria parte de um programa paralelo ao acordo nuclear firmado com a Alemanha em 1975. Devido à destruição de Ozirak por forças israelenses, os iraquianos visavam à construção de uma fábrica de dióxido de urânio subterrânea que resistisse a novos ataques. Para a elaboração do projeto, a CNEN teria escolhido a empresa Natron Consultoria e Projetos pela sua experiência no ramo e a relação existente entre a empresa e o presidente da comissão (OLIVEIRA, 1999). A fábrica produziria, então, uma das primeiras etapas do ciclo de constituição de combustível de urânio usado em reatores, material que, após processado, poderia ser utilizado para a preparação de uma bomba atômica (BRAGA, 1990).

Sem divulgações oficiais, várias missões iraquianas de equipes técnicas teriam vindo ao Brasil ao longo da década de 1980 (BRAGA, 1990) para levar a cabo o projeto. Viagens de técnicos brasileiros ao Iraque também teriam ocorrido sob sigilo. O local da fábrica nunca foi revelado e, de acordo com a CNEN, a fábrica nunca teria sido construída. Contudo, a empresa Natron teria sido paga pelo trabalho com cerca de cinco milhões de dólares (BRAGA, 1990).

O acordo entre Brasil e Iraque, contudo, não seria limitado à capacidade atômica iraquiana. Há indícios de que o acordo montado pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) tinha uma visão estratégica, cuja meta final era formar uma associação militar com o Iraque que viabilizasse a fabricação da bomba atômica também no Brasil (OLIVEIRA, 1999). Um dos maiores personagens nesse processo teria sido o brigadeiro Hugo de Oliveira Piva, um dos principais homens do programa nuclear paralelo brasileiro. Em 1983, como diretor do CTA, o brigadeiro afirmava que o Brasil estaria capacitado para fabricar a bomba atômica, sendo a decisão de fazê-lo

dependente somente de resoluções políticas (OLIVEIRA, 1999). Tal afirmação seria confirmada pelas conclusões da CPI de 1990: no depoimento de José Goldemberg (secretário de Ciência e Tecnologia) e de Pedro Paulo Leoni Ramos (secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República) admite-se que “houve a decisão, tomada dentro do Palácio do Planalto, de construir um artefato nuclear” (BRASIL, 1990, p. 107).

A cooperação militar entre Brasil e Iraque deu, então, um novo ritmo de produção à indústria bélica brasileira. Ao longo da década de 1980, o Brasil passaria de uma condição de importador de armamentos para uma de fornecedor da maior parte da demanda doméstica, além de exportador de volumes consideráveis de material bélico para diversos países, com destaque para o Iraque, tornando-se um dos dez maiores exportadores do material durante a década (FARES, 2007). A relação nuclear entre os dois países também serviu aos propósitos estratégicos do Brasil, uma vez que trouxe ao país a capacidade de produzir a bomba atômica, importante do ponto de vista estratégico no sentido do aumento das suas capacidades militares.

### **Consequências políticas da aproximação**

As relações com o Iraque trouxeram, além de benefícios, algumas outras consequências no campo político. Graças à relação de troca de produtos e serviços por petróleo a um preço baixo em uma época em que o Brasil não possuía crédito, o esforço de crescimento econômico brasileiro não sofreu um golpe maior ainda. O cenário de desabastecimento desde o primeiro choque do petróleo até o governo Figueiredo realmente se constituiria como um empecilho ao projeto de desenvolvimento do Brasil. No entanto, as piores consequências do desabastecimento foram compensadas pelas relações com o Iraque. Em 1981, o Iraque representava 50% do fornecimento de petróleo, sendo que, no mesmo ano, o petróleo representava 50% das importações brasileiras totais (FARES, 2007). Contudo, ao mesmo tempo em que o Brasil mitigava a falta de petróleo durante o período, a dependência brasileira do petróleo iraquiano se acentuava.

Assim como no caso dos outros países do Oriente Médio, as relações comerciais eram moldadas pelas relações políticas, o que significa que o relacionamento comercial com o Iraque iria adquirir uma forte faceta política, apesar da relutância brasileira. A depen-

dência do fornecimento iraquiano influenciaria decisivamente a postura do Brasil em relação à questão palestina e ao *status* da Organização para a Libertação da Palestina (OLP). O reconhecimento da OLP e a abertura de um escritório para a Organização em Brasília gerariam polêmica no âmbito internacional (FARES, 2007).

Por ocasião da XXX Sessão da ONU em novembro de 1975, houve claras alterações no posicionamento diplomático brasileiro com relação a temas como os conflitos árabe-israelenses, a questão palestina e o *status* da OLP, e o voto a favor do projeto de resolução que declarava o sionismo como uma forma de discriminação racial. Justificava-se a ação afirmando-se que o voto não deveria ser “interpretado como hostil aos judeus”, pois o Brasil reconhece Israel como Estado independente, entretanto “não admite que esse reconhecimento dependa da aceitação das teses sionistas” (BRASIL, 1975, p. 80).

No que tange à cooperação militar, pode-se dizer que o Brasil conseguiu aproveitar o relacionamento com o Iraque para desenvolver sua capacidade produtiva armamentista, passo importante para a segurança brasileira e para o plano de maior projeção do Brasil no cenário mundial, pois possibilitou a aquisição de capacidades militares consideráveis, aumentando o poder relativo do país na região. No entanto, apesar das contribuições positivas, os acordos de cooperação militar, e principalmente a cooperação nuclear, acarretaram um custo político ao Brasil: gerou-se desconfiança dos EUA e as posições políticas brasileiras sofreram um contínuo afastamento em relação a Israel (FARES, 2007).

Por fim, de acordo com memorando e documentos classificados do governo norte-americano, os EUA temiam que, com o abandono do alinhamento automático do Brasil a Washington, os brasileiros poderiam passar a exportar energia nuclear para nações consideradas adversárias dos Estados Unidos tanto no Oriente Médio, quanto na África. Logo, o envolvimento militarizado do Brasil com o Iraque provocou repercussão mundial, deixando uma imagem negativa do Brasil e gerando desconfiança frente à comunidade internacional (OLIVEIRA, 1999).

## Considerações finais

Conforme exposto, a “opção iraquiana” de fato consistiu em um “importante espaço livre de atuação da diplomacia brasileira” (FARES, 2007, p. 16). Além de garantirem o fornecimento de petró-

leo a preços oficiais da Opep, sem a cobrança de sobretaxas normalmente praticadas no mercado internacional, os laços estabelecidos com o Iraque nesse período também beneficiaram consideravelmente as exportações de bens e de serviços brasileiros, destacando-se os setores automobilístico e da construção civil (CAMPOS, 2012). Ademais, possibilitaram o incremento da atuação externa de grandes empresas estatais brasileiras, que representavam a base de sustentação do Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) proposto, ainda em 1974, pelo governo Geisel (CASTRO, 1985).

A cooperação militar entre Brasil e Iraque também deu um novo ritmo de produção à indústria bélica brasileira. Ao longo da década de 1980, o Brasil passaria de uma condição de importador de armamentos para uma de fornecedor da maior parte da demanda doméstica, além de exportador de volumes consideráveis de material bélico para diversos países, com destaque para o Iraque, tornando-se um dos dez maiores exportadores do material durante a década (FARES, 2007). Igualmente, a relação nuclear entre os dois países serviu aos propósitos estratégicos do Brasil, uma vez que, conforme relatório da CPI de 1990, trouxe ao país a tecnologia suficiente para produzir a bomba atômica, importante do ponto de vista estratégico no sentido do aumento das suas capacidades militares.

A partir dos anos 1990, no entanto, a posição brasileira com relação à proliferação nuclear altera-se substancialmente, como parte do projeto de reinserção internacional e de demonstração do compromisso brasileiro com a estabilidade, o desarmamento e o uso de tecnologias duais para fins pacíficos. Assim, o país abdicou, sobretudo a partir do governo Collor, de seus projetos de desenvolvimento e autonomia nucleares, tendo aderido ao longo da década a diversos mecanismos de não-proliferação, a exemplo do Tratado de Tlatelolco de Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (promulgado em 1994), do Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR, 1995), do Tratado para o Banimento Total dos Testes Nucleares (CTBT, 1996) e do próprio Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), cuja adesão foi formalizada em 1998 (PECEQUILO, 2012).

Dessa forma, por contemplar os três itens identificados como fundamentais para a ampliação das atribuições brasileiras no sistema internacional, conclui-se que as relações do Brasil com o Iraque durante o período analisado representaram um instrumento diplomático que preconizava essencialmente o interesse nacional perseguido pelo regime militar.

## Referências

ATTUCH, Leonardo. *Saddam, o amigo do Brasil: a história secreta da conexão Bagdá*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *Brasil - Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BASTOS, Expedito Carlos Stephani. Uma realidade brasileira: Sistema de Artilharia de Foguetes Astros II. Rio de Janeiro: *Revista da Cultura*, n. 11, pp.31-36, jun. 2009.

BRAGA, Teodomiro. Os lances secretos da conexão nuclear entre o Brasil e o Iraque. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 de set. de 1990, p. 34. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19900902&printsec=frontpage&hl=en>>. Acesso em: 18 nov. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar o programa autônomo de energia nuclear*. Dezembro, 1990. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/Materia/getPDF.asp?t=66808&tp=1>. Acesso em: 19 nov. 2012.

BRASIL. Decreto nº 86.511. Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e a República do Iraque sobre os usos pacíficos da energia nuclear. 5 de janeiro de 1980. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=126919>. Acesso em: 27 ago. 2013.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. A visita do chanceler brasileiro à República Federal da Alemanha. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, Ano 7, n. 25, maio 1980.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo de cooperação técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Iraque*. 11 de maio de 1971. Disponível em: <http://www.brasilraq.com.br/images/conteudo/documento.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo de cooperação técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Iraque*. 11 de maio de 1977. Disponível em: <http://www.brasilraq.com.br/images/conteudo/documento.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Declaração do voto do chefe da delegação do Brasil à XXX Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas: a questão da Palestina *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, Ano 2, n. 7, nov. 1975.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. O programa nuclear brasileiro, um dossiê histórico. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, Ano 4, n. 12, mar. 1977.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Pronunciamento do ministro de Estado das Relações Exteriores feito a uma cadeia de rádio e televisão. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, Ano 1, n. 1, 28 mar. 1974.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Vice-presidente do Iraque visita. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, Ano 6, n. 21, maio 1979.

BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JÚNIOR, Domício. A projeção externa do Brasil: a questão da segurança. *Contexto Internacional*, n. 7, p. 85-109, jan./jun. 1988.

CAMPOS, Pedro H. P. A diplomacia das empreiteiras: as empresas nacionais de construção pesada e a política externa brasileira. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 1, 2012, BRASÍLIA. *Anais...* Brasília: Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2012.

CASTRO, Antônio B. de. Ajustamento x transformação. A economia brasileira de 1974 a 1985. In: CASTRO, A. B.; PIRES, F. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CERVO, Amado L.; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2010.

FARES, Seme Taleb. O pragmatismo do petróleo: as relações entre o Brasil e o Iraque. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília v. 50, p. 129-145, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n2/a09v50n2.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2012.

GARCIA, Eugênio Vargas. O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 40, n. 1, p. 18-40, 1997.

HARISSI, Mohammad Ali. Commercial traffic resumes on Iraq's Shatt al-Arab. *Your Middle East*. 7 de fevereiro de 2012. Disponível em: <[http://www.yourmiddleeast.com/news/commercial-traffic-resumes-on-iraqs-shatt-alarab\\_4658](http://www.yourmiddleeast.com/news/commercial-traffic-resumes-on-iraqs-shatt-alarab_4658)>. Acesso em: 18 nov. 2012.

IHS JANE'S. *Country profile Iraq*. Englewood: HIS Jane's, 2009.

MAIOR, Luiz Augusto P. Souto. O pragmatismo responsável. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (Coord.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

MANWARING, Max G. Elites político-militares brasileiras: semelhança e continuidade, 1964-1975. *A Defesa Nacional*, n. 689, p. 101-111, maio/jun. 1980.

MENDES JÚNIOR. História. 2013. Disponível em: <http://www2.mendesjunior.com.br/Paginas/Historia.aspx> Acesso em: 21 ago. 2013.

MENDES, J. Murillo Valle. Entrevista. In: ATTUCH, Leonardo. *Saddam, o amigo do Brasil: a história secreta da conexão Bagdá*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de. *Inserção externa da indústria brasileira de defesa: 1975-2010*. Brasília: Ipea, 2012. (Texto para discussão, n.1715).

OLIVEIRA, Odete M. de. *Os descaminhos do Brasil nuclear*. Ijuí: Editora da Unijuí, 1999.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Manual do candidato: política internacional*. Brasília: Funag, 2012.

PINHEIRO, Letícia. Restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, pp. 247-270, 1993.

SAUER, Wolfgang. Entrevista. In: ATTUCH, Leonardo. *Saddam, o amigo do Brasil: a história secreta da conexão Bagdá*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

SILVA, André Luiz Reis da. As relações entre o Brasil e os Estados Unidos durante o regime militar (1964-1985). *Revista Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 37, p. 251-278, jan./jun. 2005.

SOUZA, Fabiano Farias de. Acordo nuclear Brasil-Alemanha Federal de 1975: o desafio brasileiro na busca de soberania nacional. *Revista Aedos*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 215-231, jul./dez. 2008.

TRAUMANN, Andrew Patrick. No meio do fogo cruzado: a participação no conflito Irã/Iraque. *Revista Litteris*, Rio de Janeiro, n. 7, 2011. Disponível em: [http://revistaliter.dominiotemporario.com/doc/Artigo\\_Guerra\\_Ira-Iraque\\_Patrick.pdf](http://revistaliter.dominiotemporario.com/doc/Artigo_Guerra_Ira-Iraque_Patrick.pdf) Acesso em 27 de ago. de 2013.

VIZENTINI, Paulo G. F. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1998.